CONTRATO N.º 115/2024
PROCEDIMENTO REF. CP_PC.001.2024.0000065

CONTRATO PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE USO CLÍNICO PARA O HOSPITAL VETERINÁRIO DA UTAD

PARTES**PRIMEIRO OUTORGANTE: UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

Pessoa Coletiva n.º: 501345361

Endereço / sede: Quinta de Prados – Folhadela, 5000-801 Vila Real

Representado por: Emídio Ferreira Dos Santos Gomes

Ato Habilitante: Reitor

Número de Identificação Civil:

SEGUNDO OUTORGANTE: SANIFAUNA – PRODUTOS VETERINÁRIOS, LDA.

Pessoa Coletiva n.º: 505267152

Endereço / sede: Estrada do Adarse – Centro Empresarial de Alverca Arm. D1, 2616-501 Alverca do Ribatejo

Representado por: António José Gaio Pereira / Gonçalo Eduardo Clode Figueira da Silva

Ato Habilitante: Representantes Legais

Número de Identificação Civil:

PREÂMBULO**A: Atos Habilitantes**

1. O ato de adjudicação foi aprovado em 25/08/2024, pelo Exmo. Senhor Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Professor Doutor Emídio Ferreira dos Santos Gomes, nos termos da delegação de competências do Ministro da

Educação, Ciência e Inovação, pelo Despacho n.º 5845/2024, publicado no DR n.º 100, 2.ª Série, de 23 de maio de 2024.

2. A minuta do contrato foi aprovada em 25/08/2024, pelo mesmo órgão referido no número anterior.

B: Previsão Orçamental e Repartição de Encargos

1. A despesa do presente contrato será satisfeita pela dotação da seguinte classificação orçamental da despesa:

- a. N.º do Processo de Compra: PC.001.2024.0000065
- b. N.º de Cabimento: 2024030527
- c. N.º de Compromisso: 202400008098 / 202400002308
- d. Classificação Orgânica: 101034900
- e. Classificação Funcional: 0940
- f. Fonte de Financiamento: 513
- g. Classificação Económica: 020111

2. O valor previsional da despesa será distribuído da seguinte forma:

Ano 2024 – **€33.173,90** (trinta e três mil, cento e setenta e três euros e noventa cêntimos);

Ano 2025 – **€103.376,99** (cento e três mil trezentos e setenta e seis euros e noventa e nove cêntimos).

3. Aos valores definidos no n.º 2 já inclui o IVA à taxa legal em vigor e outras taxas e impostos legalmente previstos.

CLÁUSULAS

Primeira: Objeto

O presente contrato tem por objeto principal Fornecimento Contínuo de Medicamentos e Material de Uso Clínico para o Hospital Veterinário da UTAD.

Segunda: Preço Contratual e Condições de Pagamento

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o montante total decorrente do fornecimento efetivamente prestado, de acordo com as faturas apresentadas pelo adjudicatário, pelo preço total

de **€122.669,66** (cento e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos).

2. Ao montante a pagar nos termos do número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor e outras taxas e impostos legalmente previstos.
3. O pagamento dos encargos previstos nos números anteriores será efetuado nos termos da cláusula 14.ª do Caderno de Encargos do procedimento, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.
4. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua receção pelo Primeiro Outorgante.
5. O Segundo Outorgante obriga-se a emitir a fatura, devendo fazer menção aos seguintes dados, sem prejuízo daqueles que são legalmente exigidos:
 - a. N.º do contrato;
 - b. N.º de compromisso;
 - c. Identificação da entidade contratante;
 - d. Endereço da entidade contratante.
6. Desde que devidamente emitidas e observadas as condições constantes da cláusula 14.ª do Caderno de Encargos as faturas serão pagas, preferencialmente, através de transferência bancária.

Terceira: Resolução do contrato por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a. Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses; ou
 - b. Quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Quarta: Prazo do contrato

O contrato tem início à data de assinatura, e mantém-se em vigor por 6 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período de tempo até ao limite máximo de 1 (um) ano, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

O contrato poderá ter o seu termo antes do prazo previsto, caso seja atingido o preço contratual.

Quinta: Ajustamentos Aceites pelo Adjudicatário

Não foram propostos ao adjudicatário quaisquer ajustamentos.

Sexta: Resolução de litígios – foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, referentes quer à sua interpretação, ou execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela com expressa renúncia a qualquer outro.

Sétima: Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Oitava: Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Nona: Gestor do contrato

Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento da execução deste é .

desempenhando funções na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o email

Décima: Documentos integrantes do contrato

Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

- a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c. O caderno de encargos;
- d. A proposta adjudicada;
- e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Vila Real, 06 de setembro de 2024

PRIMEIRO OUTORGANTE

SEGUNDO OUTORGANTE

Assinado por: **EMÍDIO FERREIRA DOS SANTOS GOMES**
Num. de Identificação: ..
Data: 2024.09.12 17:04:37+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO JOSÉ GAIO PEREIRA**
Num. de Identificação:
Data: 2024.09.06 12:28:10+01'00'

Assinado por: **Gonçalo Eduardo Clode Figueira da Silva**
Num. de Identificação:
Data: 2024.09.06 12:36:05 +01'00'